AÇÃO, REAÇÃO E TRANSAÇÃO: A SOCIEDADE LIBERAL PERNAMBUCANA (1851-1861)

SUZANA CAVANI ROSAS*

Resumo: Este trabalho trata do Partido Liberal na Província de Pernambuco nas décadas de 1850 e 1860 e da formação da Liga Progressista.

Este trabalho constitui a história do partido liberal em Pernambuco no período posterior à rebelião praieira até 1863, quando se organiza a chamada Liga Progressista. Neste sentido, o seu objetivo principal consiste em analisar a trajetória do núcleo Liberal responsável pela reestruturação do partido de oposição na década de 1850 e pela formação da Liga Progressista: A Sociedade Liberal Pernambucana.

A abordagem da origem, evolução e tendência deste centro liberal, parece fundamental para compreensão da realidade política de Pernambuco nas décadas de 1850 e 1860 por três motivos. Primeiro, dado a própria carência de estudos direcionados para o tema dos partidos políticos neste período, pois a maioria das pesquisas existentes sobre este assunto ou na época do “primeiro quinquênio liberal” ou nas últimas décadas do Império. Segundo, devido a importância dessa associação Liberal para os rumos tomados pela oposição da Província, fato aliás, esquecido ou propositadamente obscurecido pelos publicistas e políticos praieiros, responsáveis pela construção da memória do seu partido¹. A Sociedade Liberal Pernambucana, inquestionavelmente, pelo menos até 1857, foi o principal centro do partido de oposição de Pernambuco, cabendo a ela nos anos difíceis de reação conservadora, a tarefa de reorganizar o partido, orientar o seu eleitorado e lutar pela anistia dos envolvidos na rebelião de 1848. Terceiro, porque além de toda essa intensa militância política, coube às suas lideranças após a extinção daquele núcleo liberal em 1861, articularem e reunirem os liberais e conservadores em torno da Liga Progressista

em Pernambuco. Desse modo realizou-se a tão almejada transação entre os dois partidos do Império, a contragosto de boa parte dos praeiros históricos. Assim, contraditoriamente, a trajetória política dos dirigentes daquele centro liberal, esteve associada, tanto ao processo de reorganização quanto ao de desorganização do partido praeiro².

As origens da Sociedade Liberal remontam a 1850, quando, em razão da eficiente administração de Honório Carneiro Leão, vão sendo destruídos nos últimos focos de resistência armada dos praeiros na Mata Sul e no Sertão. Pouco a pouco, em vista do sucesso dessa “pacificação”, executada pelo presidente, a atuação repressiva do governo vai cedendo lugar a uma política de maior tolerância para os seus adversários e para com a sua combativa imprensa. Se em 1849 encontramos em circulação no Recife, apenas duas importantes folhas de oposição, “O Diário de Pernambuco” e “O Macabeo”, no ano seguinte, esse número de jornais, praticamente dobra, com o surgimento da “Imprensa” (1850-1852), “O Argos Pernambucano” (1850-1852), “O Echo Pernambucano” (1850-1856) e “A Revolução de Novembro” (1850-1852), isso sem falar, nos pasquins, sempre presentes na imprensa local.

A maioria dos jornalistas e políticos envolvidos nestas folhas de publicação regular, semanal ou diária, estavam todos interessados na criação de um centro difusor das idéias liberais, capacitado à reabilitar o partido praeiro, redefinir sua estratégia de luta e sua articulação com os seus correligionários das outras províncias. Dois destes jornais, decididamente, influenciaram e estimularam a formação da Sociedade Liberal Pernambucana, “A Imprensa” e o “Argos Pernambucano” que contavam com a colaboração e apoio de Jerônimo Villela Tavares, Felipe Lopes Neto, Borges da Fonseca e Nascimento Feitosa³. Entre esses publicistas e redatores, havia discordância quanto aos vários problemas políticos, porém, todos pareciam concordar com o principal objetivo da associação liberal: a convocação de uma assembléia constituinte como único meio viável para execução das reformas defendidas pelo Partido. Por isso mesmo, toda a imprensa oposicionista, noticiou com entusiasmo a sessão inaugural daquele novo centro político. Em 1852 a “Imprensa” e o “Argos Pernambucano” saíam de circulação e boa parte dos seus redatores e colaboradores passaram a trabalhar para o órgão oficial na imprensa, da recém-criada associação: “O Liberal Pernambucano”. Este, a partir de 1852 até 1860, seria um dos mais combativos jornais oposicionista da Província, comparável somente a uma folha do porte do Diário de Pernambuco em circulação no mesmo período. No contexto do século XIX, uma imprensa auto-sustentada por parte de um partido de oposição, de publicação diária e regular durante 9 anos, não deixa de ser um

indício de sucesso alcançado pelo novo núcleo liberal e pelo partido a ele ligado.

A trajetória da Sociedade Liberal Pernambucana pode ser dividida em duas fases distintas, uma primeira, caracterizada pela expansão de suas filiais pelo interior da Província, e uma segunda, marcada por uma série de crises que assinalariam a debandada de boa parte de seus seguidores das suas fileiras. No primeiro momento, da fundação do Centro Liberal, percebe-se um certo radicalismo, em termos ideológicos, em suas lideranças, mas, às vésperas das eleições de 1856, elas vão abrandando o seu discurso e modificando sua estratégia de luta, até então restrita a convocação de uma constituinte. Ainda durante esta fase, aconteceram desentendimentos entre os seus dirigentes resultando em dissidência. Apesar delas, a Sociedade Liberal Pernambucana continuou a receber o apoio do eleitorado e da militância liberal da Província.

Na segunda fase da Sociedade Liberal, iniciada após as eleições de 1857 e a vitória de Villela Tavares nas urnas, nota-se o afastamento dos muitos proprietários, bacharéis e outros seguimentos sociais desta instituição. Este período coincide com um discurso mais moderado de suas lideranças. Em 1859, o grupo dirigido por Nascimento Feitosa, aproxima-se de seus correligionários do sudeste, ao abandonar definitivamente a luta pela constituição de 1859, quando em uma reunião oficial da Sociedade Liberal foram mudados os dois principais artigos de seu estatuto, relativo a esta questão.

A fundação da Sociedade Liberal teve enorme repercussão nos meios conservadores da Província, que passaram a hostilizar o presidente Souza Ramos e o gabinete Rodrigues Torres por seu excesso de moderação com o partido inimigo⁴. Para a maioria da bancada guabiru na Câmara e Senado, os administradores indicados pelo gabinete para governar Pernambuco jamais deveriam ter permitido a difusão de reuniões liberais que defendessem uma bandeira ameaçadora ao regime monárquico. Se por um lado adversários dos conservadores em Pernambuco pareciam menos radicais por abandonarem o recurso às armas para resolver seus problemas, por outro, continuaram defendendo idéias extremadas, ao exigirem a convocação de uma assembléia constituinte. Em resposta, os conservadores pernambucanos insatisfeitos, com a movimentação liberal na sua Província, articularam e dirigiram na Corte uma vitoriosa oposição ao gabinete Rodrigues Torres. Enquanto em Pernambuco os praeiros iam reestruturando seu partido, contando com o auxílio daquele novo núcleo liberal surgido em novembro de 1851 no Recife e a tolerância do presidente Souza Ramos com relação a estas reuniões liberais.

Instituído o novo núcleo liberal da capital rapidamente ele avançaria pelo interior, onde receberia a adesão de vários senhores de engenho na zona

da mata e de alguns proprietários do agreste. No período de 1851 e 1852 as filiais da Sociedade Liberal Pernambucana estavam estabelecidas nas seguintes cidades da região da zona da mata e agreste: Goiana, Escada, Nazaré, Rio Formoso, Vitória, Limoeiro, São Lourenço, Pau D'Alho, Água Preta, Igarassú e Caruaru. A sua composição social, era basicamente a mesma do partido praeiro de 1848 sendo a maioria dos seus filiados constituída de oficiais da Guarda Nacional, bacharéis, cléricos, comerciantes, alguns poucos profissionais liberais e muitos proprietários de terra e escravos. Entre os senhores de engenhos podemos identificar os seguintes associados: em Igarassu, Epaminôndas Vieira Cunha (Engenho Vinagre), Francisco Honório Bezerra de Menezes (Engenho S. João), Antônio Barbosa Cordeiro (Engenho Purgatório), Manoel Cavalcanti Lins (Engenho Mussupinho). Em Goiana, Tenente Coronel Henrique Lins da Cunha Melo (Engenho Miranda), Major Cristóvão Vieira de Melo Pessoa (Engenho Várzea Grande), Miguel Joaquim César (Engenho Siriri), Joaquim José Nunes da Cunha Machado (co-proprietário do Engenho Pau Amarelo). Em Nazaré, Major José Camelo Pessoa de Albuquerque (Engenho Matary). Em Santo Antão, José Claudino Leite (Engenho Pacas), José Mendes Correia Leão (Engenho Taquari), João Antônio Beltrão de Araújo Pereira (Engenho não identificado). Em São Lourenço, eram presidente e vice da Sociedade, Francisco de Paula Wanderley (Engenho Tiúma) e Felipe Carneiro de Olinda Campeiro (Engenho Armazém). Em Rio Formoso, Major Caetano Francisco de Barros Wanderley (Engenho Cachoeira) e no Limoeiro, Henrique Pereira de Lucena (Engenho Fortaleza).

Através das informações contidas no levantamento feito pela polícia civil em 1844 e 1852, nota-se que o perfil dos donos de engenhos ligados àquele núcleo liberal era ao mesmo tempo tanto de um grande senhor de escravos, quanto o de um proprietário mais modesto, conforme revelam os seguintes dados:

Engenho Armazém - trabalhavam nela cerca de 28 escravos, 20 pertenciam a lavradores livres e apenas 8 a seu proprietário.

Engenho Tiúma - contava com 85 escravos, vinte dos quais eram lavradores livres e 65 do seu proprietário.

Engenho Cachoeira - viviam nele 51 escravos, mas não consta no levantamento da polícia como estavam distribuídos esses cativos entre o proprietário e os lavradores livres⁵.

Por outro lado, na correspondências das autoridades do interior com o chefe de polícia, achamos outras informações a respeito da população filiada a Sociedade Liberal. No Brejo da Madre de Deus, denuncia-se uma reunião

política “numa engenhoca de nome Queimada”. Em Igarassu, a oposição discute a organização do seu partido no convento São Francisco. No Rio Formoso, o próprio vigário da cidade é o presidente do novo núcleo liberal⁶.

Quanto à presença dos praeiros nesta nova associação, podemos citar os nomes de Felipe Lopes Netto, José Hygino de Miranda, Antonio da Costa do Rego Monteiro, Arruda Câmara e Felipe Carneiro de Olinda Campelo, Francisco Honório Bezerra de Menezes e por último Manuel Cavalcanti Lins, cujo engenho Mussupinho tornou-se centro da resistência liberal na mata norte em 1848.

Em Pernambuco, os líderes da oposição, tanto os do partido liberal quanto os do republicano, apesar de lutarem pela constituinte, divergiam a seu respeito. Para Nascimento Feitosa, ela deveria ser um meio para realização das reformas. Outros, como Villela Tavares, pensavam que o melhor, naquela conjuntura, era evitar maiores discussões sobre a relação da constituinte e a manutenção do regime, porque elas, poderiam abalar a unidade das forças oposicionistas. Entre os praeiros, um grupo minoritário não a defendeu por temer o isolamento dos liberais de Pernambuco dos seus companheiros do Sudeste. Por sua vez, os republicanos ligados a Borges da Fonseca, insistiam em advogar à luta pela constituinte junto com a mudança do Regime.

Tais divergências, refletiram-se nos estatutos da Sociedade Liberal Pernambucana. Ao fundarem este núcleo, os seus dirigentes optaram por estabelecer, exatamente, os fins e limites da assembléia constituinte. Em seu primeiro número o jornal “O Liberal Pernambucano”, estampava em primeira página seu estatuto, no qual, o seu Título I declarava:

“Artigo 1º - A Sociedade Liberal Pernambucana tem por fim estabelecer, por meio das reformas convenientes o elemento democrático do governo do país, dar-lhe o devido desenvolvimento e necessária garantia.”

“Artigo 2º - A sociedade reconhece que o único meio possível para conseguir o seu fim é a convocação de uma constituinte.”

E, abaixo do estatuto, lia-se o seguinte comentário:

“O Conselho da Sociedade (...), persuadido como está de que a monarquia constitucional é a forma de governo mais adaptada as circunstâncias do país, vê e reconhece que essa forma de governo não se acha devidamente combinada na nossa constituição política, onde a introdução do elemento oligárquico destroi a harmonia que devia reinar entre o elemento monárquico, pelo que cumpre rever seriamente essa constituição e depurá-la dos vícios, defeitos e imperfeições que içam; de modo que tenhamos em sua pureza, uma monarquia democrática, como é possível e só admissível” em terras americanas⁷.

Segundo o próprio depoimento de Nascimento Feitosa, a idéia de constituinte tinha grande aceitação na Província, e caso o partido pretendesse abandoná-la, correria o risco de perder seguidores para o grupo republicano. De acordo com o seu raciocínio, as pessoas identificadas com aquela causa, deixariam o partido liberal ou pelo menos sentir-se-iam-se atraídas pelo grupo de Borges da Fonseca, caso os liberais abandonassem a luta pela constituinte. Para ela, os praeiros deveriam evitar, a todo custo, que os republicanos sozinhos encampassem a bandeira da constituinte, genuinamente liberal. Essa preocupação parecia improcedente porque a população filiada ao Partido Praeiro, não mudaria sua fidelidade da monarquia para a república por conta da constituinte. Hoje visto, os fundamentos e princípios que nortearam a criação da Sociedade Liberal Pernambucana. Na seqüência, os republicanos contra-atacaram os praeiros na imprensa, lembrando a população da Província:

“A Praia morreu em 1848 e dela nasceu o Partido Constituinte”⁸

Desse modo, o grupo de Borges da Fonseca trabalhava na imprensa, inculcando na população uma disjunção entre a história dos liberais de Pernambuco e a da luta pela constituinte.

No geral, no Rio e em São Paulo, apenas um grupo minoritário de liberais, ligados a redações de jornais como “A Nação” e “O Grito Nacional”, apoiaram a conduta dos praeiros em 1851. O grosso da militância política daquela região, não aderiu aos pernambucanos e as suas reivindicações. Os programas dos liberais do Sudeste publicado em 1851 no “Correio Mercantil e no “Ipiranga” revelam os desencontros existentes entre a oposição dos liberais do Rio e São Paulo e a dos de Pernambuco. Os fluminenses, tanto quanto os paulistas, limitam-se a reivindicar as tradicionais reformas liberais: judiciais, eleitoral, descentralizadoras de poder. Entretanto, os paulistas como os pernambucanos, queriam, antes de qualquer coisa, a reforma do Senado. Por outro lado, defesa da racionalização do comércio a retalho, é a bandeira comum ao Partido, mas os liberais do Rio colocam esta questão em termos mais conciliatórios e moderados ao ressaltarem, a defesa do comércio nacional “respeitando os interesses atualmente existentes”. Finalmente, os paulistas avançam em suas reivindicações regionais ao dedicarem uma parte ao seu programa ao problema da Lei de Terras de 1850 e a política de colonização. Defendem nesse sentido, a revisão desta lei nos pontos prejudiciais aos posseiros e batem-se por uma ação mais energética do governo na questão da imigração. Em nenhum dos dois programas liberais do Sudeste, encontram-se menção à abolição da escravidão, nem mesmo na perspectiva gradualista. Os pernambucanos, também, pouca atenção deram a esse problema, exceto o gru-

po republicano ligado a Borges da Fonseca, cujo programa, ao esclarecer as vantagens do novo Regime, lembrava que ele: “dará liberdade aos cativos, depois de ter organizado o trabalho, substituindo os braços escravos pelos livres, cedendo em todo caso a indenização dos atuais proprietários”⁹.

Em resumo tanto o programa paulista, quanto o fluminense descartaram a bandeira da constituinte como principal meio para realização das reformas.

A receptividade da constituinte em outras Províncias do Nordeste é difícil de ser avaliada porque não se sabe ao certo, qual era a força política desses grupos de liberais que aderiram a essa causa nas suas províncias. Apenas podemos sugerir que a adesão às idéias dos praeiros foi provavelmente expressiva nos meios liberais da Bahia, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, onde proliferaram muitos jornais identificados como luta pela constituinte. Seja como for, os desencontros entre os liberais do Sudeste e Nordeste animou o debate político na imprensa das duas regiões, como se vê no trecho de um artigo do “Argos Baiano”:

“O Correio Mercantil noticia algumas reuniões feitas pelos membros da oposição do Rio de Janeiro.

Por carta de um nosso correligionário, sabemos que essas reuniões tem por fim criar no império do Rio de Janeiro um diretório para em superior senhor guiar as províncias, marcando-lhes os limites na oposição. Até querem centralizar no Rio o pensamento das províncias. Que mania!”¹⁰

Por volta do final de 1852, novas divergências obstaculizaram a união da oposição no país: as eleições para deputados gerais. Desta vez, contudo, os nordestinos afastam-se dos pernambucanos e comparecem as urnas juntos com os liberais do Sudeste. Esse isolamento político dos praeiros, não passou despercebido aos conservadores da Província, mas os liberais procuraram encerrar a questão, respondendo aos seus inimigos nos seguintes termos:

“Trazei-nos o exemplo da Corte e de outras províncias. Mas não vedes que a Corte e as províncias, que ainda procuram na luta eleitoral um remédio a nossos males, não esgotaram suas forças, não chegaram ainda ao último recurso - o das armas? Pois bem, o que convém é sermos testemunhas do que se vai passar no resto do Império e depois perguntamos a essa Corte e essas províncias: estais já convencidas de que sem reformas radicais nada poderemos alcançar em favor da prosperidade do país”¹¹

Nesta questão os pernambucanos levariam a melhor, porque nas eleições de 1852 nenhum candidato liberal sairia vitorioso e, o único com possibilidade de ocupar uma cadeira no parlamento, Souza Franco, teve o seu diploma

de deputado recusado pela Comissão de Verificação dos Poderes da Câmara.

Os liberais pernambucanos até à aprovação da Lei eleitoral de 1855 (a lei dos círculos), continuaram firmes em sua decisão, sempre recomendado a população distancia das urnas, mesmo nas eleições para deputados provinciais. Neste ponto, a direção da Sociedade Liberal sempre foi intransigente com seus integrantes. Quem desobedeceu a sua orientação, acabou sendo expulso dos seus quadros como foi o caso de Inácio Bento de Loyola, o redator do “Echos Pernambucano” que junto com Borges da Fonseca ousou contrariar a orientação da Sociedade Liberal Pernambucana naquela eleição.

Em vista dos resultados das eleições gerais de 1852, totalmente desastrosa para os liberais, os luzias começaram a pensar também em aderir a estratégia dos pernambucanos e, certamente, se o gabinete do Marquês de Paraná (da Conciliação) não apresentasse um projeto de reforma da lei eleitoral, o partido liberal tenderia a não comparecer as urnas em todo o país no futuro. Político experiente, vindo da geração de Regresso, Paraná ao oferecer à oposição uma reforma eleitoral, restabeleceu a credibilidade do regime e do seu sistema eleitoral, conseguindo convencer assim, até mesmo os intransigentes liberais de Pernambuco a comparecerem às urnas. Em 1856 através da imprensa A Sociedade Liberal Pernambucana conclamaria a população não só a participar do processo de qualificação, mas a comparecer às eleições dos juizes de paz, e as de deputados gerais. A conciliação de Paraná, havia afinal mitigado a todos os liberais, especialmente os de Pernambuco, que desde 1849 tinham abandonado às eleições e posto em descrédito o sistema político do Império.

O “radicalismo” dos chefes da Sociedade Liberal no Período inicial de sua existência, entretanto, esgotava-se na constituinte, na defesa do Senado temporário e na abstenção eleitoral, nada havendo nele de extremado em suas propostas reformistas. No caso da reforma eleitoral, eles advogam a construção de uma “monarquia democrática”, porém, renegavam o sufrágio universal optando pela exclusão de grande parte da população votante das eleições. A esse respeito, um artigo do jornal “O Liberal Pernambucano” observava:

“Não somos partidários do sufrágio universal(...) porque como já o fizemos ver, há uma parte da sociedade que desagradada pela miséria não pode tomar parte do governo do país, essa parte em todas as épocas tem servido somente para instrumento das facções” (...)

É portanto, muito mais conforme a verdade do governo representativo a redução numérica dos votantes, contanto, que a eleição seja direta, do que o aumento numérico daquele com a eleição indireta”¹².

As questões sociais, passam despercebidas pelas páginas do “Liberalismo Pernambucano”, merecendo a escravidão alguma atenção, apenas, no que se refere ao tráfico. Em geral, os liberais hostilizavam os traficantes mas não os seus “clientes”. Pediam medidas repressivas contra os comerciantes de escravos, porém, defendiam os lavradores, que em razão das suas necessidades, compravam africanos ilegalmente.

Quanto à sorte da população livre do campo, tantas vezes lembrada por sua dependência dos grandes proprietários, a ela nada se oferecia em matéria de reforma. O liberalismo “radical” dos praeiros, isolou-se na cidade na defesa da população envolvida nas atividades urbanas e nunca quis ou pode, aventurar-se na questão agrária. Tal postura dos liberais pernambucanos, não passaria despercebido pelos seus contemporâneos. Ao ponto de um comunicado do Diário de Pernambuco, repreenderia duramente Nascimento Feitosa e seus seguidores lembrando-lhes que não se resolveria a miséria do povo com a nacionalização do comércio a retalho, e sim atacando-se o latifúndio e a escravidão¹³.

Nas primeiras eleições distritais do país, em 1856 patrocinada pelo Gabinete da Conciliação, os conservadores fizeram o que bem entenderam nas urnas e os liberais, apesar de toda a sua garra e dedicação de suas lideranças, conseguiram eleger apenas um deputado, justamente um praeiro suspeito ao grupo de Nascimento Feitosa. Consequentemente, a Sociedade Liberal Pernambucana foi profundamente abalada naquela eleição pela vitória de Villela Tavares. Este, conseguira vencer aquele pleito não porque fosse uma força de oposição independente ou contasse com o apoio da maioria dos históricos do seu Partido. A sua moderação política, comparativamente maior que a da Sociedade Liberal, provavelmente, o transformou no candidato ministerial. Além do mais, até o fim das eleições, ele jamais deixou de valer-se, também da Sociedade Liberal Pernambucana, de sua estrutura organizacional para sua campanha. Entretanto, apesar de Villela Tavares sair fortalecido das urnas, ele não conseguiu na reunião convocada pelo partido, derrotar o grupo de liberais ligados à Sociedade Liberal Pernambucana. A respeito desta reunião, convocada em fevereiro de 1857, diria o presidente da província em carta a Nabuco de Araújo:

“V. Ex.a. mostrou conhecer bem essa gente quando assegurou que os praeiros dariam o triunfo a Feitosa sobre Villela”¹⁴.

Mesmo derrotado nesta reunião, aos poucos Villela conseguiria conquistar para suas fileiras vários filiados da Sociedade Liberal. Em 1858 ao organizar o seu jornal “A Aurora Pernambucana”, ele já contava com a adesão

de muitos proprietários e demais seguimentos sociais ligados ao seu partido, como se nota, pela publicação naquela folha de várias representações e abaixo-assinados em sua defesa e apoio, vindas do Rio Formoso, Bonito, Goiana, Igarassu, Olinda e Vitória.

Em sua segunda fase, de 1853 até sua extinção em 1861, A Sociedade Liberal Pernambucana continuou a defender uma conduta política mais moderada. Em 1859, retirou-se dos seus estatutos aqueles artigos sobre a constituinte já citado. Debandando suas lideranças e militância em 1863 das fileiras do Partido liberal para a de Liga Progressista.

A adesão das lideranças da Sociedade Liberal Pernambucana à Liga e o problema do fim daquele núcleo oposicionista é bastante complexo para ser analisado. A documentação do período, pelo menos em termos de jornais, é escassa, e devido a isso, preferimos deixar em aberto neste trabalho a questão do fim daquele centro liberal e da força política de suas lideranças no momento de organização da Liga Progressista. Afinal, a dissolução da Sociedade Liberal em 1861 pode ter indicado o fim da influência dos seus chefes nos meios oposicionistas, e neste caso, a criação da Liga sob sua inspiração, talvez tenha sido um acontecimento forjado pelos conservadores com o apoio de um insignificante grupo liberal.

Por outro lado, existem fatos que parecem indicar um certo poder desse grupo ligado a Feitosa sobre os liberais em 1863. Por exemplo, a reunião convocada na sede do Partido para decidir a criação da Liga Progressista, dirigida oficialmente por esses líderes da extinta Sociedade Liberal, o que prova, a força deles dentro do Partido Liberal de Pernambuco. Além disso, a chapa dos candidatos sugerida pelos liberais do diretório da Liga no Rio, contemplou, ao lado de Chichorro da Gama e Urbano Sabino, o nome de Nascimento Feitosa para deputado por Pernambuco em 1863. Um acontecimento que também sugere um certo reconhecimento daquele líder da Sociedade Liberal Pernambucana pelos históricos do seu partido. De qualquer forma uma coisa era inegável, tanto a Conciliação do Marquês de Paraná quanto a Liga Progressista conseguiram moderar o liberalismo em Pernambuco, deixando - Tanto os praeiros históricos, quanto o grupo ligado a Nascimento Feitosa, de advogarem a velha bandeira liberal herdada dos tempos da Confederação do Equador: A luta contra a constituição outorgada pelo Imperador; uma bandeira que passada a rebelião de 1848, apenas os praeiros e alguns de seus companheiros liberais do Norte e Nordeste teimavam em desfraldar até 1859.

Abstract: This article deals with Liberal Party in the Province of Pernambuco during the decades of 1850 and 1860, as well as the formation of the "Progressista" Party.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- COSTA, Francisco Augusto Pereira. Dicionário Bibliográfico de Pernambuco Célebres. (Coleção Recife, vol. 16). Recife: Editora Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1982.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. O Barão de Vila Bela e sua Época (Coleção Lima Barreto, vol.21). Brasília: Senado Federal, 1986.
- NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império (obras completas de Joaquim Nabuco). São Paulo: Progresso Editora, 1949.
- NASCIMENTO, Luís. História da Imprensa de Pernambuco (vol.5). Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- PORTO, Costa. O Marquês de Olinda e o seu Tempo. (2ª Edição). Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A História da Imprensa no Brasil (Coleção Retratos do Brasil, vol. 51) Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

NOTAS:

- * Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.
- ¹ Como as lideranças ligadas a Sociedade Liberal Pernambucana criaram a Liga Progressista em 1863, os "históricos" do seu partido "esqueceram" a atuação desta instituição para reconstruí-lo após a Rebelião de 1848.
- ² A Liga Progressista, filha da conciliação política do Marquês da Paraná congregou liberais e conservadores e chegou a Pernambuco somente em 1863. Na verdade, ela acabou por constituir-se num poder o novo partido do Império durante quase toda a década de 1860.
- ³ Nascimento Feitosa não era um histórico do Partido Liberal, pois somente ingressou nas suas fileiras após a Rebelião Praeira. Por sua vez, Villela Tavares jamais se filiou a Sociedade Liberal Pernambucana, embora em diversos momentos prestasse seu apoio a ela e vice-versa.
- ⁴ Todos os dados sobre os filiados foram extraídos dos jornais A Imprensa (1851-1852) e o Liberal Pernambucano (1852). As informações sobre os engenhos estão nos ALMANAQUES da década de 1850 existentes no Arquivo Público de Pernambuco e na documentação policial encontrada nessa mesma instituição (Coleção Polícia Civil).
- ⁵ Todos os dados sobre os filiados foram extraídos dos jornais A Imprensa (1851-1852) e o Liberal Pernambucano (1852). As informações sobre os engenhos estão nos ALMANAQUES da década de 1850 existentes no Arquivo Público de Pernambuco

e na documentação policial encontrada nessa mesma instituição (Coleção Polícia Civil).

⁶ Coleção Polícia Civil e Coleção Correspondência dos Presidentes da Pernambuco a Diversas Autoridades . Arquivo Público de Pernambuco.

⁷ O Liberal Pernambucano de 07.07.1852. Este jornal tornou-se o órgão oficial deste Núcleo praeiro fundado em 1851.

⁸ A Revolução de Novembro de 05.10.1852

⁹ A Revolução de Novembro de 05.10.1852

¹⁰ Artigo citado no Argo Pernambucano de 29.09.1851

¹¹ O Liberal Pernambucano de 29.05.1853

¹² O Liberal Pernambucano de 09.10.1852

¹³ Citado no jornal A Imprensa de 22.05.1852